



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



153

HABEAS CORPUS Nº:	0201610-4
COMARCA:	JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA:	VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
IMPETRANTE:	PECLÍSIO LEAL BEZERRA NETO
PACIENTE:	JORGE ALBERTO DA SILVA
PROCURADOR:	DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO:	DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

EMENTA: PROCESSO PENAL. **HABEAS CORPUS**. QUADRILHA ARMADA. NEGATIVA DE AUTORIA. DIVERGÊNCIA DE NOMES. ERRO MATERIAL. INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA PELA VIA ESTREITA DO **HABEAS CORPUS** POSTO QUE DEMANDA EXAME APROFUNDADO DA PROVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO MOTIVADA E FUNDAMENTADA EM FATOS CONCRETOS. NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. GRAVIDADE DOS DELITOS PERPETRADOS. ATRIBUTOS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



154

**ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM
DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

I – Hipótese em que houve apenas erro material na denúncia quanto ao nome do acusado. Equívoco sanado em sede de aditamento da peça acusatória.

II – O *habeas corpus*, por sua própria natureza, não se presta ao exame aprofundado de matéria fático-probatória, pelo que, via de regra, não comporta a apreciação de teses como negativa de autoria.

III – A periculosidade concreta do Paciente e dos demais corréus, associada à gravidade dos crimes frequentemente perpetrados e à repercussão deveras negativa gerada no seio da comunidade, notadamente aquela residente na Cidade do Jaboatão dos Guararapes, tornam bastante temerária a soltura do Paciente, afigurando-se necessária sua custódia cautelar a fim de garantir a ordem pública, em consonância com a decisão suficientemente fundamentada da autoridade dita coatora que indeferiu o pedido de liberdade provisória.

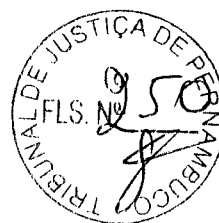
IV – Atributos favoráveis como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida não obstam, por si sós, a decretação ou manutenção da prisão preventiva, quando presente ao menos um dos fundamentos constantes do art. 312 do CPP.

V – Não bastante a complexidade do feito, com vinte e sete réus, tem ele seguido seu curso natural, encontrando-se, atualmente, na fase das alegações finais, sendo que o Ministério Público já ofereceu as suas, assim como alguns dos defensores, hipótese em que incide a Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça.

VI – Ordem denegada. Decisão unânime.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio 155



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº **0201610-4**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



156

HABEAS CORPUS Nº: 0201610-4
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
IMPETRANTE: PECLÍSIO LEAL BEZERRA NETO
PACIENTE: JORGE ALBERTO DA SILVA
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES
ALCOFORADO ASSUNÇÃO

RELATÓRIO

Pecclísio Leal Bezerra Neto, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Jorge Alberto da Silva**, indicando como autoridade coatora a Exma. Sra. Juíza de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Jaboatão dos Guararapes.

Alega o Impetrante, em apertada síntese, o seguinte: a) o Paciente foi preso em 21/10/2008, por força de decreto de prisão preventiva, e denunciado por formação de quadrilha armada (art. 288, parágrafo único, do Código Penal); b) negativa de autoria, ao argumento de que houve uma confusão entre o nome do Paciente e o do real autor do delito; c) carência de fundamentação da decisão que negou a liberdade ao Paciente, inclusive contrária ao parecer do Ministério Público; e d) ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, sobretudo se consideradas



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



157

as condições pessoais do Paciente, quais sejam, primariedade, bons antecedentes, endereço certo e trabalho lícito.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 08/187**.

Foi o pedido de liminar indeferido pelo Exmo. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio às **fls. 194/195**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 200/202**, às quais fez juntar os documentos de **fls. 203/219**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, por **Sua Exa. o Procurador Itabira de Brito Filho**, apresentou parecer às **fls. 223/224**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 06 de *Janeiro* de 2010.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

158

HABEAS CORPUS Nº:	0201610-4
COMARCA:	JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA:	VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
IMPETRANTE:	PECLÍSIO LEAL BEZERRA NETO
PACIENTE:	JORGE ALBERTO DA SILVA
PROCURADOR:	DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO:	DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

VOTO

Conforme relatado, sustenta o Impetrante: a) negativa de autoria, ao argumento de que houve uma confusão entre o nome do Paciente e o do real autor do delito; b) carência de fundamentação da decisão que negou a liberdade ao Paciente, inclusive contrária ao parecer do Ministério Público; e c) ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, sobretudo se consideradas as condições pessoais do Paciente, quais sejam, primariedade, bons antecedentes, endereço certo e trabalho lícito.

Pois bem.

A tese de negativa de autoria não merece prosperar. Esclareceu a autoridade dita coatora que a referência feita na denúncia à pessoa de Jorge Luiz de Lima consistiu em mero erro material, o qual foi devidamente sanado por ocasião do aditamento da referida peça.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



159

Narra a douta Juíza que, aprofundadas as investigações policiais, restou constatado que o indivíduo Jorge era, na verdade, Jorge Alberto da Silva, o Paciente do presente *writ*, conhecido como "Jorge Segurança", o que deu causa à retificação realizada nos autos do processo principal.

Perceba-se, aliás, que, apesar do erro presente na inicial acusatória (fl. 24), o nome foi escrito corretamente em outro trecho da denúncia (fl. 33) e na decisão judicial que recebeu a peça do Ministério Público (fls. 145 e 181).

Assim sendo, não há dúvidas de que é o Paciente quem de fato deve ocupar o polo passivo da ação penal já mencionada.

Quanto ao argumento do Impetrante de que não há indícios de autoria -- um dos requisitos da custódia preventiva -, insta consignar que o *habeas corpus*, por sua própria natureza, não se presta ao exame aprofundado de matéria fático-probatória, notadamente quando não estão no processo todos os atos do inquérito policial.

Cabe, então, analisar as alegações de insuficiência da motivação do *decisum* que indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado em favor do Paciente e de inexistência dos fundamentos da prisão preventiva.

A decisão guerreada está devidamente motivada e fundamentada em fatos concretos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



160

Levou a autoridade dita coatora em consideração o fato de que o Paciente e os outros denunciados *"vinham, de forma permanente e estável, se associando com a finalidade de cometer uma série indeterminada de crimes, com predominância na modalidade homicida, em especial no Município de Jaboatão dos Guararapes, onde provocavam e continuam a provocar grande temor à população"* (fl. 231).

Entendeu a insigne Magistrada, então, que a periculosidade concreta do Paciente e dos demais corréus, cujas condutas encontram-se individualizadas tanto na denúncia quanto na decisão que a recebeu, associada à gravidade dos crimes frequentemente perpetrados e à repercussão deveras negativa gerada no seio da comunidade, notadamente aquela residente na Cidade do Jaboatão dos Guararapes, tornavam bastante temerária a soltura dos acusados, afigurando-se necessária sua custódia cautelar a fim de garantir a ordem pública.

Nesse sentido, válido é destacar o seguinte julgado, da lavra do Superior Tribunal de Justiça:

"1. A real periculosidade do paciente, evidenciada na conduta de fazer parte de verdadeira organização criminosa sediada na cidade de São Bento/PB, voltada para a prática de crimes gravíssimos, tais como homicídios por encomenda, tráfico de drogas, tráfico de armas, roubo interestadual de carga, assaltos a bancos e agências de Correios, constitui motivação idônea, capaz de justificar o decreto construtivo, por demonstrar a necessidade de se resguardar a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



161

ordem pública, assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal. Precedente do STJ.

2. A preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas da irrupção de conflitos e tumultos, mas abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência”¹.

Isso dito, frise-se que atributos favoráveis como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida não obstam, por si só, a decretação ou manutenção da prisão preventiva, quando presente ao menos um dos fundamentos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal, consoante precedentes dos mais diversos tribunais pátrios.

Por derradeiro, embora não tenha o Impetrante aduzido excesso de prazo na formação da culpa, tratou do tema o douto Procurador de Justiça, pelo que passo a tecer breves considerações.

Compulsando os autos, noto que, não bastando a complexidade do feito, com vinte e sete réus, tem ele seguido seu curso natural, encontrando-se, atualmente, na fase das alegações finais, sendo que o Ministério Público já ofereceu as suas, assim como alguns dos defensores. Destarte, é de se aplicar a Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça, de modo que não há qualquer constrangimento ilegal a ser reconhecido.

¹ STJ, HC 113782/PB, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma, DJe 02/03/2009.



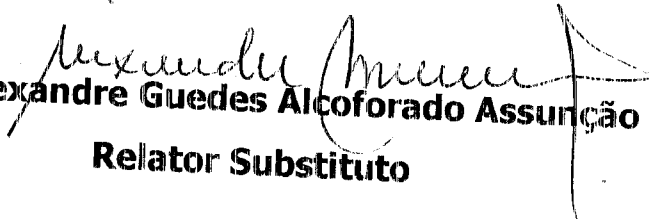
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



162

Diante de tudo quanto foi exposto, **voto** pela **denegação** da
ordem.

Recife, 06 de Janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto